



**II PLÊNÁRIA
NACIONAL**
DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

NATAL/RN – 31 DE AGOSTO A 01 DE SETEMBRO

2026

REVISTA II PLÊNÁRIA NACIONAL

DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SINDIRECEITA



DA LUTA NÃO ME APOSENTO:
A Experiência que Desenha o Futuro da Carreira



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL DO SINDIRECEITA

THALES FREITAS ALVES
Presidente

ALCEIA MARIA SILVA RIBEIRO
Secretária Geral

MARCOS VENICIO VIANA SILVA
Diretor Adjunto de Finanças e
Administração

ALEXANDRE MAGNO CRUZ PEREIRA
Diretor de Assuntos Jurídicos

RONALD MACHADO CAMPBELL
Diretor de Defesa Profissional

GERÔNIMO LUIZ SARTORI
Diretor de Assuntos Aduaneiros

PÉRICLES GOMES LUZ
Diretor de Tecnologia da
Informação

ARTHUR HENRIQUE DE AZEVEDO
SANTANA
Diretor de Assuntos Previdenciários

IÊDA MARIA DE MIRANDA
Primeira Suplente

SÉRGIO RICARDO MOREIRA
DE CASTRO
Terceiro Suplente

MAURO GALDINO DE SOUSA
Quinto Suplente

SÍLVIA HELENA DE ALENCAR FELISMINO
Vice-Presidenta

RICARDO JOSÉ CASTRO RAMOS JUNIOR
Diretor de Finanças e Administração

AFRÂNIO DE AZEVEDO ANDRADE
Diretor de Assuntos
Parlamentares

SANDRA REGINA YAGINUMA
Diretora Adjunta de Assuntos Jurídicos

FABIANO GONCALVES REBELO
Diretor de Estudos Técnicos

MOISÉS BOAVENTURA HOYOS
Diretor de Comunicação

MARLENE DE FATIMA CAMBRAIA
Diretora de Assunto de Aposentados e
Pensionistas

VALDEMIR BUENO
Diretor de Formação Sindical e Relações
Intersindicais

MARILUCE VILELA FONTOURA
Segunda Suplente

YURI REIS DE GODOI
Quarto Suplente



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários



COMISSÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SINDIRECEITA

MARIA APARECIDA SANTOS CADORIN
MARIA DO CARMO DUARTE E SILVA
HIBERNON BARBOSA FILHO
MARAH LÚCIA CASTRO AGUIAR
MARIA VALÉRIA SANTOS BEZERRA
TÂNIA MARIA FONSECA DA SILVA
TARCÍSIO LUIZ MATOS DE ALMEIDA
AGUIDA RODRIGUES FREIRE
ÉDNA MARIA DE MIRANDA
IÊDA MARIA DE MIRANDA
EDILSON DUTRA DE SOUZA

KÁTIA SOUZA MONTEIRO DE JESUS
PEDRO PAULO MOREIRA DO CARMO
PÉRICLES GOMES LUZ
PRISCILA MARIA BORGES DE REZENDE
RITA DE CÁSSIA MANTOVANI BERNARDO
SUZETE ROCHA DE MEIRA
MARIA ELISA BALDASSIO
JAIR TERSINHA VARGAS MACIEL
MARA BEATRIZ DA ROCHA
MARIA SUELI DE OLIVEIRA
VERÔNICA MATILDE PAFIADACHE MORELLE

ORGANIZAÇÃO

Diretoria Executiva Nacional por
meio de suas diretorias de Finanças
e Administração e de Aposentados e
Pensionistas, com o apoio da
Comissão de Aposentados e
Pensionistas

ASSESSORIA TÉCNICA

Sandra Paiva de Oliveira, Maciel
Silva Nascimento e Diretoria de
Comunicação do Sindireceita

REVISÃO, DIAGRAMAÇÃO E REGISTROS FOTOGRAFICOS

Diretoria de Comunicação do
Sindireceita

ENDEREÇO

Sindireceita – Sindicato Nacional
dos Analistas-Tributários da
Receita Federal do Brasil
SHCGN, 702/703 – Bloco E –
Loja 27 – Asa Norte
CEP: 70720-650 – Brasília/DF
Telefones: (61) 3962-2300 |
(61) 3962-2301
Site: sindireceita.org.br



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários

SUMÁRIO

EDITORIAL DA PRESIDÊNCIA	7
INTRODUÇÃO - II PLENÁRIA: UMA HISTÓRIA QUE CONTINUA, UM FUTURO QUE CONSTRUÍMOS JUNTOS	9
CERIMÔNIA DE ABERTURA	12
Presidente da DEN: A defesa intransigente nas trincheiras judiciais e a evolução remuneratória	12
Presidente do CNRE: Unificação, pontes estratégicas e compromisso com a categoria	14
Diretora de Aposentados: Um convite ao diálogo e à união	15
Delegado Sindical da DS Natal/RN: Somos todos ATRFB	17
Coordenadora da Comissão de Aposentados: O despertar da base e as páginas que a história escreve	18
OS BASTIDORES DA II PLENÁRIA NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	20
METODOLOGIA E DINÂMICA	22
CRÔNICA DE NATAL/RN: QUANDO A ESCUTA VIROU AÇÃO	25
MOMENTOS CULTURAIS: “A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA”	35
OUTRAS IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES	39
PLANO DE METAS	41
Arco I: Análise de Conjuntura	41
Arco II: Balanço das propostas aprovadas na I Plenária Nacional de 2023	46
Painel da Pesquisa Nacional de Opinião: Gráficos e dados conclusivos	47
Arco III: Caderno de Propostas Aprovadas	51
Eixo I: Defesa dos direitos econômicos e funcionais	51
Eixo II: Ampliação da participação e protagonismo sindical	52
Eixo III: Aprimoramento dos serviços, convênios e benefícios	57
NOVAS PROPOSTAS APROVADAS	64
UMA HISTÓRIA QUE CONTINUA	67

EDITORIAL DA PRESIDÊNCIA

A II Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Sindireceita, realizada em Natal/RN, reafirma o compromisso desta Diretoria Executiva Nacional (DEN) com aqueles que dedicaram suas vidas à Receita Federal do Brasil (RFB).

Os aposentados, aposentadas e pensionistas são a memória viva da nossa carreira e a base sólida que sustenta o Sindireceita. Sua experiência e mobilização são fundamentais para cada conquista que obtivemos e que ainda iremos obter, pois da luta nossos aposentados não se aposentam.

Os números comprovam nosso compromisso: das 58 propostas aprovadas na I Plenária Nacional (Fortaleza/CE, 2023), 65,5% já foram superadas ou estão em execução — resultado que demonstra que a escuta da base se transforma em ação concreta. Entre as pautas superadas estão a criação da Comissão de Aposentados e Pensionistas, o fortalecimento das ações judiciais pelo pagamento integral do Bônus de Eficiência, a melhoria e o reajuste do ressarcimento do plano de saúde, a reabertura do prazo de migração à FUNPRESP e a busca pela redução da contribuição previdenciária. O terço restante, ainda não superado, envolve temas que não dependem apenas da atuação do Sindireceita, pois demandam decisões do Judiciário e do Parlamento — frentes em que seguimos atuando com determinação.

Essa determinação também se expressa em ações que estão além das propostas aprovadas na I Plenária. No exercício do poder executivo do Sindireceita, a atual Diretoria Executiva Nacional realizou ações concretas para aproximar e valorizar a categoria: a volta do Jornal dos Aposentados e Pensionistas, com edições trimestrais; a criação da Carta aos Aposentados e Pensionistas, com edições mensais; o Conexão Sindireceita, programa em áudio exclusivo para aposentados e pensionistas que relata as principais notícias de interesse da categoria; a criação do grupo de WhatsApp exclusivo; a página do aposentado e pensionista no site do Sindireceita;



o boletim eletrônico disponibilizado no site; e a Semana do Aposentado, em alusão ao Dia do Aposentado, no mês de janeiro, com divulgação de cartilhas com temas de interesse, realização de lives e notas exclusivas com orientações sobre saúde, finanças e ações judiciais. Tudo isso com um objetivo central: ampliar a participação dos aposentados e pensionistas nas atividades sindicais — e a votação eletrônica, que sextuplicou o número de aposentados votantes nas Assembleias Gerais Nacionais Unificadas (AGNU), é a prova concreta de que esse caminho está dando certo.

Esse cuidado com a categoria também se reflete no atendimento. A Diretoria Executiva Nacional vem trabalhando para melhorar, cada vez mais, o atendimento aos filiados, e em breve apresentará ações concretas de aprimoramento do atendimento da Diretoria de Assuntos Jurídicos, facilitando o acesso dos aposentados e pensionistas às informações sobre as ações judiciais em andamento — mais um passo para garantir transparência, agilidade e proximidade entre o Sindicato e a sua base.

É com esse mesmo espírito de transparência, escuta e cuidado com a categoria que realizamos a II Plenária Nacional.

Nela, aposentados, aposentadas e pensionistas de todo o Brasil se reuniram para deliberar coletivamente sobre os rumos da nossa atuação. As propostas aprovadas nos três eixos — direitos econômicos e funcionais, participação sindical e aprimoramento dos serviços — fortalecerão ainda mais nossa luta, e seguiremos firmes na defesa intransigente dos direitos de cada aposentado, aposentada e pensionista.

Que este caderno seja o registro do que construímos juntos e o ponto de partida para os próximos avanços. Nesta gestão, a Diretoria Executiva Nacional garante estar sempre atenta aos seus filiados e filiadas aposentados e aos seus pensionistas, na busca permanente da garantia de direitos e de novas conquistas para a categoria.

Thales Freitas Alves

Presidente da Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita

INTRODUÇÃO

II Plenária: uma história que continua, um futuro que construímos juntos

Toda trajetória de construção coletiva é feita de encontros, de lutas, de conquistas e de desafios que permanecem à espera de novas respostas. A II Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Sindireceita nasce exatamente desse movimento: olhar para o caminho percorrido, reconhecer o que foi construído e, a partir da voz da categoria, definir os próximos passos.

Realizada em Natal/RN, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2026, a II Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Sindireceita deu continuidade a uma história iniciada em Fortaleza/CE, em 2023. Naquela primeira experiência nacional, 90 Analistas-Tributários de 44 Delegacias Sindicais participaram de um importante momento de mobilização, que resultou na aprovação de 58 propostas e teve, dentre seus frutos, a criação da Comissão de Aposentados do Sindireceita, posteriormente regulamentada; e, a viabilidade da

realização anual da Plenária Nacional, ampliando os espaços de participação e representação da categoria.

Nesta II Plenária, planejada, organizada e realizada em conformidade com a Resolução LXXXVII CNRE n.º 001/2024 pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) em conjunto com a Comissão de Aposentados do Sindireceita, contamos com a presença de 47 representantes eleitos e 10 observadores(as) representando os(as) Analistas-Tributários(as) aposentados(as) e pensionistas de 42 Delegacias Sindicais, além de 17 integrantes da Comissão de Aposentados e alguns convidados. Dentre eles, os Presidentes da DEN, do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE), do Delegado da Delegacia Sindical de Natal/RN (DS/NATAL) e diretores da DEN.

Três anos depois, a II Plenária encontrou uma categoria que segue mobilizada, consciente



de seus direitos e disposta a participar ativamente da construção de sua própria agenda. Não se tratava, portanto, apenas de realizar mais um encontro. Era preciso voltar às propostas de 2023, verificar seus encaminhamentos, reconhecer avanços, identificar o que ainda permanece pendente e, sobretudo, ouvir novamente a base. Particularmente, os Analistas-Tributários aposentados e os pensionistas.

Essa escuta da base começou antes mesmo do encontro em Natal.

A pesquisa realizada para subsidiar a II Plenária reuniu **662 respostas**, correspondentes a 12,4% dos filiados aposentados e pensionistas, trazendo percepções, críticas, sugestões e expectativas sobre a atuação sindical. Comunicação, atendimento jurídico, serviços e convênios, participação sindical, representação e defesa de direitos estiveram entre os temas examinados.

A partir dessa construção, os debates foram organizados em três grandes eixos: a defesa dos direitos econômicos e funcionais; a ampliação da participação e do

protagonismo sindical; e o aprimoramento dos serviços, da comunicação e do atendimento. Esses eixos expressam não apenas reivindicações, mas também uma visão de futuro: uma organização sindical que reconhece a experiência de seus aposentados e pensionistas, valoriza sua contribuição e amplia os espaços para que continuem participando, opinando e decidindo.

Por isso, esta revista não pretende ser apenas um registro do que aconteceu durante dois dias na capital potiguar - Natal/RN. Ela busca contar uma trajetória e apresentar as propostas discutidas e aprovadas durante a plenária.

Uma trajetória que começou com a aprovação e a realização da I Plenária Nacional em 2023, passando pelos debates e deliberação de suas propostas aprovadas nos órgãos deliberativos do Sindireceita e pelos avanços construídos ao longo dos anos, com a criação da Comissão de Aposentados do Sindireceita e a viabilização da realização anual da Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas que, consequentemente, chegou à II Plenária Nacional trazendo uma nova e ampla escuta da categoria.

É também uma trajetória que demonstra que participação não termina quando uma proposta for aprovada. Ela continua no acompanhamento sobre o que foi decidido, na cobrança por resultados, na disposição para o diálogo e na capacidade de transformar demandas individuais em pautas coletivas. O próprio processo da Plenária foi estruturado para que as contribuições da base, da pesquisa e dos debates nos grupos de trabalho chegassem à discussão nacional e fossem submetidas à deliberação coletiva.

Nas páginas que seguem, estarão reunidos momentos, ideias, propostas, debates e resultados que ajudam a compreender a

dimensão desse processo. Mais do que guardar a memória da II Plenária, esta publicação pretende deixar registrado o compromisso de que o que foi construído coletivamente continue produzindo frutos.

Porque uma Plenária não se encerra quando terminam os trabalhos. Ela se transforma em compromisso, em encaminhamento e em ação.

E é assim que a nossa história continua: com a experiência de quem já percorreu muitas jornadas, a disposição de quem permanece na luta e a certeza de que, quando caminhamos juntos, somos capazes de construir novos caminhos para o futuro.



CERIMÔNIA DE ABERTURA

A defesa intransigente nas trincheiras judiciais e a evolução remuneratória

Thales Freitas Alves,

Presidente da Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita.

"Acho que a palavra de ordem é a união. Onde há "amorização", há união"



Ao declarar oficialmente aberta a II Plenária Nacional, o presidente da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindireceita, Thales Freitas Alves, apresentou um balanço detalhado e realista dos enfrentamentos jurídicos que mobilizaram o sindicato.

Thales Freitas resgatou a atuação prioritária e de alta velocidade do Sindireceita em 2023 diante do julgamento da ADI 4616 no Supremo Tribunal Federal (STF). O voto original do ministro relator representava uma ameaça à categoria.

Diante do risco iminente de um efeito cascata no plenário virtual do STF, a diretoria operou de forma imediata durante a madrugada, obtendo em poucas horas um pedido de vista estratégico que suspendeu o julgamento e permitiu o convencimento presencial dos ministros e da própria Procuradoria-Geral da República (PGR), blindando a estabilidade jurídica da carreira.

No campo remuneratório e da paridade, a DEN apresentou a evolução histórica do Bônus de Eficiência (BE). Após anos de congelamento por parte do Governo Federal, a atual gestão consolidou as primeiras vitórias em 2023 e avançou de forma contundente em 2024.

Durante as duras negociações com o Governo Federal, a diretoria agiu com responsabilidade e conseguiu uma proposta que atingiu positivamente a categoria, com destaque para as alterações nos percentuais da escadinha de saída do Bônus de Eficiência, que determina os valores recebidos pelos Aposentados e Pensionistas.

Essa atuação coordenada permitiu elevar o piso do bônus pago aos aposentados e pensionistas representando um ganho real, em tempos difíceis para as correções salariais, além de um aumento de 9,2% no valor do vencimento básico pago à categoria.

Por fim, a DEN reafirmou o andamento das ações coletivas de paridade do Bônus de Eficiência na Justiça e o compromisso estatutário de garantir que a Diretora de Aposentados e Pensionistas integre formalmente todas as futuras mesas de negociação salarial perante o Executivo.



Unificação, pontes estratégicas e compromisso com a categoria

Hélio Bernades,
Presidente do CNRE.

"Nós não temos coloração partidária. Nós temos o compromisso inabalável com o conjunto dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil."



Em sua saudação oficial na abertura dos trabalhos, O presidente do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE), Hélio Bernades, enfatizou a necessidade de a categoria agir com inteligência estratégica e arrojo político diante do cenário de transição em 2026.

Foi destacado que a solução financeira mais urgente a curto prazo para mitigar o desgaste inflacionário da categoria reside na criação do Programa de Assistência à Saúde do servidor da Receita Federal do Brasil.

Hélio Bernades informou que os recursos orçamentários do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAAF) são superavitários e robustos, o que justifica técnica e politicamente a sua utilização para o custeio do novo Programa de

Assistência à Saúde nos mesmos moldes protetivos obtidos pela Polícia Federal.

Além disso, alertou a plenária sobre as ameaças corporativas externas, como a tentativa de imposição de um "projeto de poder" de vinte anos que visa subverter as atribuições do cargo de Analista-Tributário.

O representante do CNRE finalizou sua fala conclamando o envolvimento ativo da categoria no processo político e eleitoral, utilizando o Fundo de Mobilização para construir pontes parlamentares e parcerias institucionais de benefício mútuo, como a atual ação conjunta com o Instituto MOSAP na tramitação da PEC Social.

Um convite ao diálogo e à união

Marlene Cambraia,
Diretora de Aposentados e Pensionistas da DEN.

"União para construir, respeito para dialogar e disposição para seguir em frente"





Na abertura da II Plenária Nacional de Aposentados e Pensionistas do Sindireceita, a diretora de Aposentados e Pensionistas, Marlene Cambraia, iniciou sua fala cumprimentando todos e todas e, na sequência, fez questão de reconhecer e agradecer cada pessoa que contribuiu para a realização do encontro. Em seguida, compartilhou um pouco de sua trajetória no sindicato e de sua experiência à frente da diretoria, situando a Plenária como mais uma etapa de uma caminhada construída coletivamente, fruto do trabalho e da união de todos e todas que fazem a história do Sindireceita.

Foi nesse espírito que ela fez o principal convite aos participantes: que o encontro fosse, acima de tudo, um espaço de respeito, diálogo e união, com todos dispostos a deixar de lado diferenças e posições previamente estabelecidas para ouvir, conversar e construir juntos. Ao lembrar que os aposentados e aposentadas ainda têm muita vida pela frente, destacou também a importância de olhar para o futuro e buscar caminhos que atendam aos interesses de todos.

No entendimento da representante da Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita, mais do que discutir propostas, a Plenária apresentava um propósito: reunir experiências, aproximar pessoas e transformar o diálogo em trabalho coletivo. Encerrando sua fala, a diretora deixou a mensagem que deveria acompanhar os participantes ao longo dos dias: *"união para construir, respeito para dialogar e disposição para seguir em frente"*.

Somos todos ATRFB

Marcos Craveiro,
Delegado Sindical de Natal/RN.



Marcus Craveiro, delegado sindical de Natal/RN e anfitrião da II Plenária, iniciou sua fala dizendo que defender o aposentado é dever de todos, pois chegar à aposentadoria é o caminho natural de todo Analista-Tributário que entra na RFB.

Se o Senhor não nos levar antes, a aposentadoria será o nosso destino.

Ressaltou que apesar de toda uma conjuntura que é desfavorável para os aposentados e pensionistas, pelos ataques do “Deus mercado”, o Sindireceita sempre se manteve firme na defesa dos seus aposentados e pensionistas. E pediu para não esquecermos que a união é a nossa única chance de vitória, “afinal todos são Analistas-Tributários.” Craveiro agradeceu o empenho de toda a diretoria do Sindireceita ao evento e desejou uma boa plenária para todos.



Tempo: O despertar da base e as páginas que a história escreve

Tânia Maria Fonseca da Silva (DS Natal/RN),
Coordenadora da Comissão de Aposentados do Sindireceita.

“A primeira condição para modificar a realidade é conhecê-la. Mas a força de uma caminhada não nasce do isolamento, nasce do abraço daqueles que compartilham a mesma dor e a transformam em dignidade coletiva.” – Eduardo Galeano



Já a coordenadora da Comissão de Aposentados do Sindireceita, Tânia Maria Fonseca da Silva, disse que em uma época em que a cultura é tratar o envelhecimento como declínio e a juventude como padrão absoluto, “nós, aposentados e pensionistas não podemos nos acomodar, precisamos continuar lutando por respeito, por inclusão, por espaço e por dignidade.”

E continuou: “Não foi fácil estarmos aqui, não foi fácil criar a plenária de aposentados e pensionistas, foi fruto de muita luta interna, e o grande propósito dela é o debate exclusivamente entre aposentados e pensionistas e o grande produto, são as propostas resultantes deste.”

Ela também ressaltou, que o evento foi criado em um momento de uma insatisfação generalizada dos aposentados e pensionistas, onde muitos se

sentiam excluídos, devido as dificuldades com os acessos e viam seus direitos se esvaindo sem nenhum lugar para debater ou propor bandeiras de luta, entre si.

“Só sabe o quanto dói a dor, quem a sente. Estamos aqui para tratar nossa dor, para decidir entre nós qual será nosso projeto de luta temporário e apresentá-lo ao CNRE e DEN. Acredito que como eu, escolhemos o serviço público buscando estabilidade, continuidade e paridade, nunca imaginaríamos que iríamos chegar na época da aposentadoria com direitos subtraídos e com uma escadinha no lugar da paridade”, falou.

Ela também defendeu um caminho para corrigir a injustiça e um caminho que restabeleça as perdas, esse seria, de acordo com a coordenadora, um caminho que passa pelo debate, pela capacidade de articulação e luta.

“Colegas, estamos aqui com uma grande responsabilidade: a de construir propostas que beneficiem os aposentados e pensionistas de todo Brasil, para posteriormente apresentá-las ao CNRE e DEN para aprovação em Plenária.

Vamos aos debates! Como diz meu marido: **Dos fracos não reza a história!**”





OS BASTIDORES DA II PLENÁRIA



Organização, participação e regras do jogo

Toda Plenária precisa de organização para que as ideias possam circular, os debates aconteçam e as decisões sejam tomadas de forma democrática. Na II Plenária de Aposentados, não foi diferente.

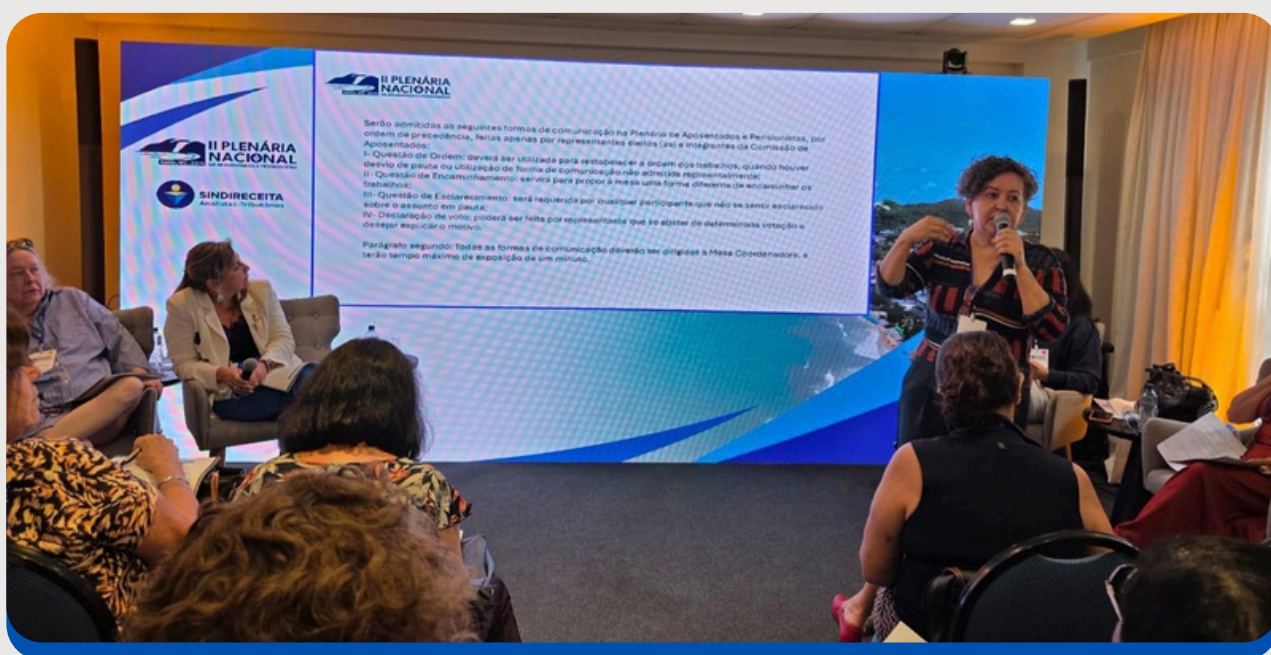
Para orientar os trabalhos e garantir que todos conhecessem as regras antes do início dos debates, os assessores técnicos Sandra Paiva de Oliveira e Maciel Silva Nascimento conduziram a leitura, a discussão e a aprovação do Regimento Interno, juntamente com os representantes e observadores presentes no Villa Park Hotel, tendo a primeira suplente Iêda Maria de Miranda, como mediadora representando a DEN.

Quem podia votar e quem podia participar dos debates?

Uma das preocupações foi evidenciar as regras de participação. A identificação por crachás ajudou a organizar esse processo: os representantes, com crachá vermelho, tinham direito a voz e voto; os observadores, com crachá azul, podiam participar das

discussões, apresentando suas ideias e contribuições, mas sem direito ao voto.

Com a coordenação da mesa diretora e relatoria, eleitas pelo próprio grupo, as votações seguiram as regras previstas no Regimento Interno, garantindo que cada etapa da Plenária acontecesse de maneira organizada e transparente.



Debate com regras, decisões com responsabilidade

Também foram definidos os procedimentos para a apresentação de destaques e o funcionamento dos Grupos de Trabalho. Entre as regras

aprovadas, estava a necessidade de 70% de aprovação nos grupos para que as propostas pudessem seguir diretamente para a Plenária Final.

Mais do que uma formalidade, essas regras ajudaram a dar ritmo



aos trabalhos e organizar a participação de todos, criando um ambiente em que diferentes opiniões pudessem ser apresentadas, discutidas e encaminhadas.

Afinal, democracia também se constrói nos detalhes: ouvir, debater, respeitar as regras e encontrar, coletivamente, os caminhos possíveis.

METODOLOGIA E DINÂMICA

Além das importantes falas do Presidente da DEN e do CNRE que trouxeram atualizações sobre os diversos temas e projetos que atualmente estão sendo palco de atuação pelo sindicato, como ações judiciais e trabalho parlamentar para aprovação das importantes pautas da categoria, que nortearam as discussões e colaboraram na organização dos debates da plenária, os representantes e observadores, participaram de grupos que debateram quatro arcos temáticos, abaixo identificados:

- 1.Arco temático I - Análise de conjuntura;
- 2.Arco temático II - Balanço das propostas aprovadas na I Plenária Nacional de 2023 e seus encaminhamentos;
- 3.Arco temático III - Propostas advindas da pesquisa e das assembleias realizadas para essa Plenária; e,
- 4.Arco temático IV - Novas propostas apresentadas nos grupos.

Dentro do Arco temático III - Propostas advindas da pesquisa e das assembleias realizadas para essa Plenária, os grupos foram divididos em três grandes Eixos de debate:

- No Eixo I foram debatidos temas como: Defesa dos direitos econômicos e funcionais (focado em temas vitais como paridade integral, fim da “escadinha” do Bônus de Eficiência e articulação pela aprovação da PEC n.º 6/2024).
- No Eixo II os temas principais foram: Ampliação da participação e protagonismo (envolvendo propostas para a Diretoria de Aposentados e Pensionistas, Comissão de Aposentados e direitos políticos internos).
- No Eixo III, os debates tiveram como temas: Aprimoramento dos serviços (debates centralizados no aperfeiçoamento da Comunicação, do Atendimento Jurídico e da rede de Serviços e Convênios de Saúde).

Organização dos grupos

Para garantir um debate amplo,

democrático e otimizado ao longo do evento, os debates foram estruturados em grupos de trabalho simultâneos, onde os participantes (representantes eleitos e observadores) foram distribuídos buscando resguardar a representação dos diversos estados em cada grupo.

Cada grupo elegeu, logo na abertura dos seus trabalhos, um(a) coordenador(a) para conduzir as atividades e um(a) relator(a) para registrar as deliberações. Com o objetivo de evitar o esgotamento do tempo e assegurar que todos os tópicos apresentados pela categoria fossem discutidos de forma equânime, os debates obedeceram a uma dinâmica de rodízio onde cada grupo iniciou seus trabalhos pela análise de conjuntura e, na sequência, por um eixo temático diferente, de modo que todos os temas fossem debatidos.

Todo o processo contou com o suporte técnico de assessores contratados pela DEN, que atuaram como facilitadores e foram os responsáveis pela sistematização e organização dos relatórios finais apresentados na Plenária final e nesta revista.



ABERTURA DA PLENÁRIA

- Palestras com análises de conjuntura
- Contexto político e institucional
- Desafios e perspectivas



ARCOS TEMÁTICOS

1



ARCO TEMÁTICO I

Análise de
conjuntura

2



ARCO TEMÁTICO II

Balanço das propostas
aprovadas na I Plenária
Nacional de 2023 e seus
encaminhamentos

3



ARCO TEMÁTICO III

Propostas advindas da
pesquisa e das
assembleias realizadas
para essa Plenária

4



ARCO TEMÁTICO IV

Novas propostas
apresentadas nos
grupos

EIXOS DE DEBATE



EIXO I

Defesa dos direitos econômicos e funcionais

- Paridade integral
- Fim da “escadinha” do Bônus de Eficiência
- Articulação pela aprovação da PEC nº 6/2024



EIXO II

Ampliação da participação e protagonismo

- Propostas para a Diretoria de Aposentados e Pensionistas
- Comissão de Aposentados
- Direitos políticos internos



EIXO III

Aprimoramento dos serviços

- Aperfeiçoamento da Comunicação
- Do Atendimento Jurídico
- E da rede de Serviços e Convênios de Saúde

CRÔNICA DE NATAL/RN QUANDO A ESCUTA VIROU AÇÃO



A história da II Plenária de Aposentados e Pensionistas do Sindireceita começou muito antes da sua realização na capital potiguar, Natal/RN, escolhida para acolher o evento.

Ela vem de longe, e traz na bagagem as discussões, as expectativas e os aprendizados que começaram a ganhar força em Fortaleza, em 2023, quando 90 participantes de 44 Delegacias Sindicais se reuniram para dar novos contornos à mobilização nacional dos(as) Analistas-Tributários(as) aposentados(as) e pensionistas.

Três anos depois, a chama continuava acesa. E chegou a Natal mais madura, mais participativa e, principalmente, disposta a transformar escuta em decisão e decisão em ação.

Foi assim que 73 participantes se dividiram em três Grupos de Trabalho, reunindo representantes, observadores de diferentes regiões do país e integrantes da Comissão de Aposentados do Sindireceita. Cada grupo recebeu uma missão: olhar para os desafios da categoria, discutir caminhos possíveis e transformar as ideias em propostas concretas.



Três grupos, muitos olhares e um objetivo comum

Os debates aconteceram simultaneamente. Cada grupo teve sua própria dinâmica de debates, mas todos estavam ligados por uma mesma pergunta: o que precisamos fazer daqui para frente?

Grupo de Trabalho 1 — Remuneração e Previdência

Coordenado por Tânia Maria

Fonseca da Silva (DS Natal/RN), com relatoria de Lúcia Helena de Andrade (DS Brasília/DF), e com a presença de 24 participantes, sendo 17 representantes, 5 integrantes da Comissão de Aposentados e 2 observadores, de acordo com a lista de presença assinada no grupo, o primeiro grupo de trabalho concentrou suas discussões em dois temas de grande impacto para os aposentados: as mudanças na legislação relacionadas ao Bônus de Eficiência e a busca por uma atuação jurídica unificada perante o STF.



Quem participou do Grupo de Trabalho 1

PARTICIPANTES DO GT 1 Remuneração e Previdência			
Nº	NOME COMPLETO	FUNÇÃO	ÓRGÃO SINDICAL
1	Alice Sperandio Caetano	Representante	DS/VITORIA/ES
2	Cassya Targino de Medeiros	Representante	DS/NATAL/RN
3	Cleonice Cavalcante de Lima	Representante	DS/ALAGOAS/SE
4	Helenita Souza Nascimento	Representante	DS/SÃO PAULO/SP
5	Jacqueline Oliveira Eugenio de Souza	Representante	DS/FORTALEZA/CE
6	Jeferson Antônio Quimelli	Representante	DS/PONTA GROSSA/PR
7	Karla da Costa Fantacini	Representante	DS/RIBEIRÃO PRETO/SP
8	José do Carmo Filho	Representante	DS/PALMAS/TO
9	José Rosa Filho	Representante	DS/SALVADOR/BA
10	Lúcia Helena de Andrade	Representante	DS/BRASILIA/DF
11	Maria Gorete Teixeira	Representante	DS/PORTO VELHO/RO
12	Marília Mendes Meira	Representante	DS/RECIFE/PE
13	Myriam Simão de Moura	Representante	DS/BELO HORIZONTE/MG
14	Renato Celso Cardoso	Representante	DS/UBERLÂNDIA/MG
15	Rita de Cássia Alves Barbosa	Representante	DS/CAMPINAS/SP
16	Sonia Maria da Silva Talheimer	Representante	DS/NOVO HAMBURGO/RS
17	Walter Amadeu da Silva	Representante	DS/MARINGÁ/PR
18	Edna Nunes Duarte	Comissão de Aposentados	DS/GOIÁS/GO
19	Jair Teresinha Vargas Maciel	Comissão de Aposentados	CEDS/RS
20	Maria Elisa Baldassio	Comissão de Aposentados	DS/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
21	Tânia Maria Fonseca	Comissão de Aposentados	DS/NATAL/RN
22	Verônica Matilde P. Morelle	Comissão de Aposentados	CEDS/RS
23	Elisete Portela de Aguiar	Observadora	DS/JOÃO PESSOA/PB
24	Rosemari de Lourdes Cavalotti	Observadora	CEDS/SÃO PAULO/SP



Grupo de Trabalho 2 – Participação, protagonismo e direitos políticos



Aqui, o debate passou pela própria forma de participação e organização da categoria. Entre os assuntos: as eleições diretas da Comissão, a limitação de mandatos na Diretoria Executiva Nacional e a descentralização orçamentária para as bases. O grupo foi coordenado por Tarcísio Matos de Almeida (DS Sul da Bahia/BA), com relatoria de Lucimara dos Santos Canalli (DS Curitiba/PR), e teve a participação de 23 pessoas, sendo 12 representantes, 8 integrantes da Comissão de Aposentados e 3 observadores, de acordo com a lista de presença assinada no grupo.

Quem participou do segundo Grupo de Trabalho 2

PARTICIPANTES DO GT 2 Participação, protagonismo e direitos políticos			
Nº	NOME COMPLETO	FUNÇÃO	ÓRGÃO SINDICAL
1	Carlos Roberto de Oliveira	Representante	DS/PRESIDENTE PRUDENTE/SP
2	Cezira Inês Minari Diniz	Representante	DS/BRASILIA/DF
3	Gina Cristina de Carvalho Garcia	Representante	DS/MARÍLIA/SP
4	Jacqueline Cunha Rosa	Representante	DS/PELOTAS/RS
5	João Luiz Ferreira Junior	Representante	DS/AMAZONAS/AM
6	Margarida Cristina Lopes Simoni	Representante	DS/CASCADEL/PR
7	Norma Nobrega de Andrade Rosário	Representante	DS/RIO DE JANEIRO/RJ
8	Osney Cesar Henrique Bet	Representante	DS/FLORIANOPOLIS/SC
9	Rogério Veiga Aranha	Representante	DS/BELO HORIZONTE/MG
10	Ronaldo Jacomini	Representante	DS/SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
11	Rubia Bittencourt de Oliveira	Representante	DS/ITAJAÍ/RS
12	Tatiana Figueiredo Pimentel	Representante	DS/JOÃO PESSOA/PB
13	Hibernon Barbosa Filho	Comissão de Aposentados	DS/SÃO LUIZ/MA
14	Marah Lucia Castro Aguiar	Comissão de Aposentados	DS/FORTALEZA/CE
15	Maria Aparecida Santos Cadorin	Comissão de Aposentados	DS/RIO BRANCO/AC
16	Maria do Carmo Duarte e Silva	Comissão de Aposentados	DS/BELEM/PA
17	Maria Valeria Santos Bezerra	Comissão de Aposentados	DS/MACEIO/AL
18	Priscila Maria Borges de Rezende	Comissão de Aposentados	DS/VITÓRIA/ES
19	Rita de Cassia Mantovani Bernardo	Comissão de Aposentados	DS/CAMPINAS/SP
20	Tarcísio Luiz Matos de Almeida	Comissão de Aposentados	CEDS/BA
21	Cleide Maria de Carvalho	Observadora	DS/NATAL/RN
22	Edmar Fernandes de Sousa	Observador	CEDS/MINAS GERAIS/MG
23	Lucimara dos Santos Canalli	Observadora	DS/CURITIBA/PR



Grupo de Trabalho 3 – Plano de ação, saúde, canais e comunicação



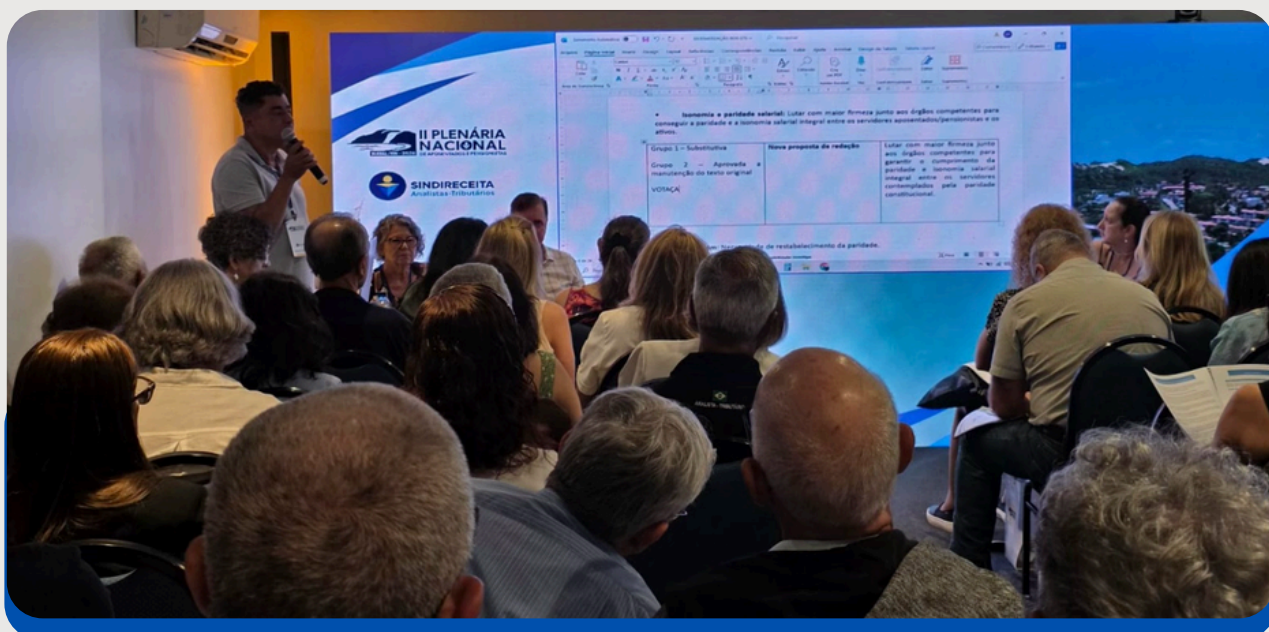
O terceiro grupo voltou seu olhar para questões muito presentes no cotidiano dos aposentados: saúde, comunicação e atendimento. Entre os temas que entraram na roda de conversa estavam a modernização das malas diretas econômicas, o ressarcimento da Assefaz e a necessidade de ampliar o atendimento presencial de saúde no interior. A coordenação ficou a cargo de Ronaldo Rolando Cardoso (DS Joinville/SC), com relatoria de Plácido Felix Pereira Jr. (DS Santos/SP) e participaram 26 pessoas, sendo 18 representantes, 3 integrantes da Comissão de Aposentados, 5 observadores(as), sendo um deles, convidado da Comissão de Aposentados.

Quem participou do Grupo de Trabalho 3

ARTICIPANTES DO GT 3 Plano de ação, saúde, canais e comunicação			
Nº	NOME COMPLETO	FUNÇÃO	ÓRGÃO SINDICAL
1	Carlos Augusto dos Santos	Representante	DS/DIVINOPÓLIS/MG
2	Clemilton de Souza Pereira Lindoso	Representante	DS/SÃO LUIZ/MA
3	César Missiaggia	Representante	DS/CAXIAS DO SUL/RS
4	Elza Aparecida D'Andrade Trivelato	Representante	DS/SÃO JOSE DO RIO PRETO/SP
5	Gerlize Barbosa Lima	Representante	DS/CURITIBA/PR
6	Inez Martins Soares	Representante	DS/RIO DE JANEIRO/RJ
7	Ivete Maria Bottega da Silva	Representante	DS/CUIABÁ/MT
8	José Henrique Cunha Pereira	Representante	DS/BAURU/SP
9	Marcos Antonio Aguiar Lopes	Representante	DS/TERESINA/PI
10	Maria Alaize Rodrigues Pinto	Representante	DS/RIO BRANCO/AC
11	Maria Elena Miranda	Representante	DS/SÃO PAULO/SP
12	Maria Divina Bueno	Representante	DS/GOIÁS/GO
13	Maria Joselice Lopes de Oliveira	Representante	DS/FORTALEZA/CE
14	Maurício Fragoso da Silva	Representante	DS/BELEM/PA
15	Plácido Felix Pereira Junior	Representante	DS/SANTOS/SP
16	Rolando Cardoso	Representante	DS/JOINVILLE/SC
17	Severino Minervino da Silva	Representante	DS/PIRACICABA/SP
18	Vivaldo Barbosa de Araújo Filho	Representante	DS/BOA VISTA/RR
19	Mara Beatriz da Rocha	Comissão de Aposentados	CEDS/SC
20	Maria Sueli de Oliveira	Comissão de Aposentados	CEDS/PR
21	Suzete Rocha de Meira	Comissão de Aposentados	DS/SOROCABA/SP
22	Ana Maria de Abreu	Observadora	DS/BELO HORIZONTE/MG
23	Elizabeth Ayres de Andrade	Observadora	DS/NATAL/RN
24	Francisca Neinha M. Pontes	Observadora	DS/FORTALEZA/CE
25	Silvania Motta Braga	Observadora	DS/JOÃO PESSOA/PB
26	Maria Elisa Baldassio	Convidado da Comissão de Aposentados	Filiado à DS/BRASILIA/DF



E o que aconteceu quando todos esses olhares se encontraram?

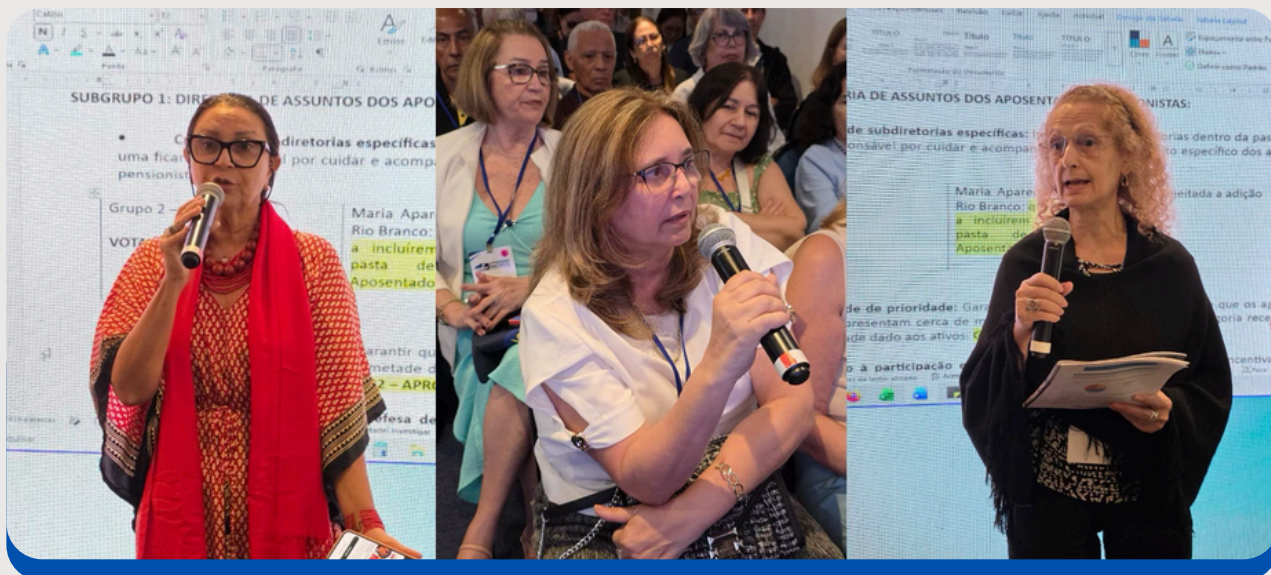


Os debates não aconteceram isoladamente.

As informações e atualizações políticas apresentadas pelas presidências da DEN e do CNRE ajudaram a situar os participantes sobre as negociações com o Governo Federal, as articulações no Congresso, o andamento das ações judiciais e as demais iniciativas em defesa dos aposentados.



A dinâmica adotada também fez diferença. Com momentos de rodízio e discussão sobre diferentes temas, os participantes puderam ampliar seus olhares, ouvir outras experiências e contribuir para uma construção mais coletiva. E talvez esse tenha sido um dos principais resultados da Plenária: as discussões não ficaram apenas no campo das ideias.



Ao final, o que se buscou construir foi um plano de ação, com propostas, responsabilidades e metas de acompanhamento. Um caminho para que aquilo que foi debatido em Natal pudesse continuar produzindo efeitos depois que as malas fossem desfeitas e cada participante voltasse para sua base.



Da capital potiguar para todo o Brasil



A II Plenária mostrou que a participação não termina quando acaba o evento. Ela continua nas reuniões, nas conversas, nas cobranças e no acompanhamento das decisões tomadas coletivamente, porque ouvir é importante, debater é necessário, mas transformar o que foi discutido em ação é o que dá sentido a uma Plenária.

MOMENTOS CULTURAIS

“A gente não quer só comida”

(trecho da música “Comida”, dos Titãs)

A II Plenária contou também com momentos de descontração e reflexão. O representante da DS Santos/SP, Plácido Felix Pereira Junior, brindou os participantes com um repertório maravilhoso, cantando e tocando violão. Plácido é músico de formação clássica, dedicado ao Chorinho: *“Faço parte do Clube do Choro de Santos e já fiz apresentações por todo o Brasil, e na França, Portugal e Canadá. Na Receita Federal eu entrei em 1992 como TTN em Campinas, mudando depois para Santos onde fiquei até a aposentadoria. A nossa jornada de trabalho 5x2 possibilitou a conciliação entre as atividades de servidor e músico. Então vamos ver se acaba a escala 6x1 para todos!”*



A grande surpresa que gerou forte emoção no evento também foi a projeção da poesia intitulada “Da Luta não me Aposento”, do representante da DS Boa Vista/RR e poeta Vivaldo Barbosa de Araújo Filho, com belas imagens turísticas de Natal e uma música acústica, criando uma atmosfera acolhedora e inspiradora que complementou perfeitamente os versos de resistência e orgulho da categoria.



O poema do colega Vivaldo está disponível no canal do Sindireceita no Youtube. Para assisti-lo basta apontar seu celular para o QR Code abaixo:



Vídeo – Poesia: Da luta não me aposento
Do Analista-Tributário Vivaldo Barbosa de Araújo Filho

Poema - Da luta não me aposento!

*Da luta não me aposento,
porque a história não descansa.
Ela chama, provoca, insiste,
e quem tem raiz de coragem
não se cala, não se cansa.*

*Aposentado é título de honra,
não é ponto final.
É capítulo que amadurece,
é trincheira sem igual,
é voz que ecoa mais alto
porque já viu o essencial.*

*Carregamos no peito o tempo,
mas ele não pesa – ensina.
Mostra que cada conquista
foi fruto de disciplina,
de passos firmes, de gente viva
que acredita e se movimenta.*

*Da luta não me aposento,
porque sei que o futuro
não se constrói sozinho.
É preciso vigiar direitos,
proteger o que é de todos,
abrir caminhos.*

*Somos memória que marcha,
somos farol que orienta,
somos a prova concreta
de que a força de um sindicato
não termina na aposentadoria –
se reinventa.*

*E aqui, no Sindireceita,
onde cada história se encontra,
celebramos o que fomos,
defendemos o que somos,
e preparamos o que seremos.*

*Da luta não me aposento,
porque lutar é continuar vivo.
É afirmar que dignidade
não tem prazo, não tem idade,
é compromisso coletivo.*

*E enquanto houver injustiça,
E direito ameaçado,
enquanto houver sonho possível,
estaremos de pé – lado a lado.*

*Da luta não me aposento.
Da vida, sigo presente.
E o que me move é simples:
ser parte de um país de gente,
ser voz que permanece,
Pessoas que não desistem
de lutar... eternamente.*

Outro momento cultural que trouxe várias reflexões aos participantes foi a apresentação de um vídeo, produzido pelo Conservatório de Música de Washington, D.C., onde uma dúzia de pianistas criam uma sinfonia conjunta. O vídeo nos apresenta uma ideia simples, mas muito poderosa: uma tarefa coletiva só consegue alcançar um bom resultado quando cada pessoa compreende que sua participação é importante para o resultado de todos.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e assista ao vídeo.



Vídeo – TEDMED / Qual é o som de E Pluribus Unum?

Se duas mãos podem fazer um piano cantar, imagine a sinfonia criativa de uma dúzia de pianistas carismáticos. Interpretada pelo Washington Conservatory of Music.



Não se trata apenas de reunir pessoas para realizar uma atividade. Trabalhar em grupo exige algo muito maior: disposição para cooperar, capacidade de ouvir, respeito pelas diferenças, confiança nos outros e disposição para construir conjuntamente.

Cada participante possui uma habilidade, uma experiência, uma maneira de perceber o problema e uma forma própria de contribuir. Quando essas diferenças são reconhecidas e colocadas a serviço de um objetivo comum, aquilo que parecia difícil para uma pessoa pode se tornar possível para o grupo.

Mesmo quando a contribuição de alguém parece pequena, ela pode ser justamente aquela que permite que o trabalho avance. Às vezes, contribuir é sugerir; outras vezes, é executar. Pode ser organizar, apoiar, observar, incentivar ou simplesmente escutar.

O importante é compreender que diferentes formas de participação podem produzir um mesmo resultado coletivo.

Cooperar não significa perder autonomia. Significa reconhecer que somos mais capazes quando conseguimos combinar nossas capacidades com as de outras pessoas.

Não existe verdadeira cooperação sem comunicação. Para que um grupo consiga realizar uma tarefa, é necessário conversar, explicar, perguntar, ouvir e, muitas vezes, mudar de opinião. O diálogo é parte da própria construção da solução.

A participação se fortalece quando todos percebem que suas opiniões podem ser consideradas.

A diversidade de experiências, conhecimentos e pontos de vista pode enriquecer a construção coletiva: “Eu penso diferente, mas quero compreender o seu ponto de vista”.

Cooperar também significa confiar. Essa confiança não nasce pronta, ela é construída pouco a pouco, por meio de atitudes concretas: cumprir o combinado, respeitar o outro, reconhecer erros, oferecer ajuda e reconhecer a contribuição de cada pessoa.

OUTRAS IMPORTANTES CONTRIBUIÇÕES

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”

(Paulo Freire)



Não podemos deixar de citar a importante contribuição que a Comissão de Aposentados do Sindireceita trouxe para essa Plenária, atuando de forma presente, bem como a Comissão Organizadora, que foi formada

para contribuir e fortalecer nossa II Plenária.

Foram três meses de trabalho árduo, para construir os textos e a pesquisa, e muitas reuniões para deliberar sobre programação, infraestrutura e organização.



Agradecemos especialmente a contribuição de:

- Tânia Maria Fonseca da Silva - Representante da Região Nordeste e Coordenadora da Comissão Organizadora.
- Marah Lúcia Castro Aguiar - Representante da Região Nordeste
- Edna Nunes Duarte - Representante da Região Centro-Oeste
- Priscila Maria Borges de Rezende - Representantes da Região Sudeste
- Mara Beatriz da Rocha - Representante da Região Sul
- Maria Elisa Baldassio - Representante da Região Sudeste
- Maria Sueli de Oliveira - DS Curitiba/PR



Outras contribuições e presenças que demonstram a importância que o Sindireceita dá aos Analistas-Tributários(as) aposentados(as) e pensionistas, foi a de outros diretores da Diretoria Executiva Nacional (DEN), como Sílvia Helena de Alencar Felismino, Vice-presidenta do Sindireceita; Ricardo José Castro Ramos Junior, diretor de Finanças e Administração; Alexandre Magno Cruz Pereira,

diretor de Assuntos Jurídicos; Ronald Machado Campbell, diretor de Defesa Profissional, Arthur Henrique de Azevedo, diretor de Assuntos Previdenciários; Mariluce Vilela Fontoura e Iêda Maria de Miranda, diretoras; equipe da Diretoria de Comunicação da DEN; e, claro, da Marlene de Fatima Cambraia, Diretora de Aposentados e Pensionistas.

A todos e todas, agradecemos imensamente as contribuições.

PLANO DE METAS

(2026-2029)

CADERNO DE PROPOSTAS APROVADAS

ARCO I – ANÁLISE DE CONJUNTURA

1. A realidade dos aposentados e pensionistas no Brasil é marcada por uma transição demográfica acelerada, caracterizada pelo envelhecimento populacional em ritmo superior ao das nações desenvolvidas. Esse fenômeno ocorre sob a pressão de políticas de austeridade fiscal e sucessivas reformas estruturais, sem que tenha havido a consolidação de um Estado de Bem-Estar Social robusto no país. O arcabouço legal da Previdência Social, estabelecido originalmente como pilar de proteção cidadã na Constituição de 1988, sofreu severos golpes com as Emendas Constitucionais nº 41/2003, nº 47/2005 e, de forma mais drástica, com a EC nº 103/2019, que alteraram profundamente as regras de transição, os cálculos de benefício e instituíram mecanismos de desvalorização real das remunerações.
2. Para o servidor público aposentado, este cenário macroeconômico é agravado pela corrosão inflacionária, pela falta de uma política perene de revisão geral anual (art. 37, X, da CF) e pela persistência do confisco previdenciário. Essa contribuição compulsória sobre proventos que superam o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) subverte a lógica contributiva/retributiva, penalizando quem dedicou a vida laboral ao Estado. Diante disso, o debate no âmbito do movimento sindical brasileiro superou a fase da mera resistência passiva, concentrando-se em frentes de unificação jurídica e política das centrais sindicais contra as regras de transição com pedágio instituídas pela EC nº 103/2019, que fragmentaram as carreiras e aprofundaram o abismo entre ativos, aposentados e pensionistas.



3. No Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento do confisco previdenciário instituído pela Reforma da Previdência (EC nº 103/2019) ocorre por meio de um conjunto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), tendo como principal a ADI nº 6254, ajuizada pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP). O placar atual encontra-se em 7 votos a 3 para derrubar a cobrança de aposentados e pensionistas que ganham acima do teto do INSS e a contribuição extraordinária, atingindo a maioria necessária para dar ganho de causa aos servidores. Contudo, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes e, embora o ministro tenha devolvido o processo em outubro de 2024, a ação segue aguardando a reinclusão na pauta do Plenário para a sua conclusão definitiva — com expectativa, no movimento sindical, de que o julgamento ocorra ainda em 2026.
4. O foco central das disputas nas mesas de negociação com o Governo Federal reside na defesa intransigente da Paridade Integral. O movimento sindical denuncia a tática governamental de criar gratificações de desempenho, bônus de produtividade e parcelas indenizatórias exclusivas para os servidores da ativa. Essa manobra camufla reajustes salariais disfarçados e exclui aposentados e pensionistas do direito à isonomia constitucional.
5. Paralelamente, o Sindireceita, junto ao Instituto MOSAP – Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, busca uma forte articulação no Congresso Nacional em torno da PEC nº 6/2024 (a "PEC Social"), de autoria do deputado Cleber Verde (MDB/MA), que tramita em conjunto com a histórica PEC nº 555/2006 — apensamento defendido pela Carta de Brasília, subscrita por mais de 110 entidades. Essa proposta visa extinguir de forma escalonada a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, combatendo o que a categoria classifica como bitributação camuflada e confisco de salário. No andamento atual, a PEC 555/2006 está pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados, enquanto a PEC 6/2024 aguarda despacho do presidente da Câmara, com requerimento de audiência pública já aprovado. Ainda no Congresso Nacional — precisamente no Senado Federal —, a discussão

discussão sobre o fim imediato da contribuição previdenciária concentra-se na Sugestão Legislativa (SUG) nº 17/2021, em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com relatoria do senador Cid Gomes e audiência pública proposta pelo senador Paulo Paim.

6. Na sociedade civil, o debate previdenciário é marcado por uma disputa narrativa intensa e assimétrica. Setores associados ao mercado financeiro e à grande mídia corporativa propagam a tese do "déficit previdenciário crônico" para rotular direitos como "privilégios corporativos" e defender novos cortes sob o pretexto de sustentabilidade e cumprimento do arcabouço fiscal. Essa narrativa oculta deliberadamente que a Seguridade Social é superavitária quando analisada sob a ótica da totalidade de suas fontes de custeio constitucional, como Cofins, CSLL e PIS/Pasep. Em contraposição, movimentos sociais e associações demonstram que as reformas empurraram milhões de idosos para a vulnerabilidade econômica, ao mesmo tempo em que os orçamentos familiares sofrem com o colapso e os reajustes do modelo de saúde suplementar. A perda de renda dos idosos gera um efeito cascata perverso, pois, em milhares de municípios brasileiros, as aposentadorias e pensões são a principal fonte de sustentação financeira de núcleos familiares inteiros e o motor do comércio local e regional.
7. No caso específico da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil (RFB), cujo cargo de Analista-Tributário é representado pelo Sindireceita, o impacto dessa conjuntura se manifesta por meio de mecanismos específicos de estrangulamento remuneratório. Além de sofrerem com a taxação previdenciária e a falta de reajustes lineares, os aposentados e pensionistas enfrentam o redutor escalonado do Bônus de Eficiência (BE) — a "escadinha". Prevista no Anexo IV da Lei nº 13.464/2017, essa medida reduz o percentual do bônus de forma proporcional ao tempo de aposentadoria — de 100% até os 12 primeiros meses até o piso de 52,04% após 108 meses —, punindo o servidor aposentado e o pensionista e quebrando o princípio basilar da paridade. A Lei nº 15.367/2026, em vigor desde abril de 2026, suavizou parcialmente os



percentuais da escadinha, mas o redutor permanece. Por isso, o sindicato precisa unificar a luta jurídica à pressão parlamentar e à mobilização de rua, inserindo de forma ativa os aposentados na vanguarda do movimento contra o desmonte dos direitos previdenciários.

8. O Bônus de Eficiência (BE) foi instituído pela Lei nº 13.464/2017 e regulamentado pelo Decreto nº 11.545/2023, sendo pago mediante o cumprimento de metas institucionais. A legislação define que o valor individual do Analista-Tributário deve corresponder à proporção de 0,6 (seis décimos) do valor atribuído ao Auditor-Fiscal (art. 7º, II, da Lei nº 13.464/2017). Contudo, o Sindireceita tem atuado fortemente no âmbito jurídico contra resoluções e decretos do Executivo por entender que violam essas disposições. O sindicato contesta judicialmente os tetos e limitadores impostos pelo Decreto nº 11.545/2023 (alterado pelo Decreto nº 11.938/2024), que criam um "subteto" arbitrário ao valor do bônus, e também os critérios de cálculo fixados pela Resolução CGPP nº 8/2025, que aplica o Índice de Eficiência Institucional (IEI) sobre o limite mensal instituído por decreto. Essa trava impede que os servidores alcancem o valor teto estipulado pela lei e desvirtua o conceito de produtividade. O argumento é que o cálculo e os limites individuais devem observar a base anual do fundo (FUNDAF), o percentual de 25% das fontes de receita e o IEI, garantindo a efetiva variabilidade do benefício.
9. A atuação do Sindireceita no cenário político e sindical em 2026 reflete a transição entre a consolidação de conquistas salariais e o enfrentamento de reformas estruturais que impactam o funcionalismo público nacional. Na agenda do Congresso Nacional, o sindicato atuou ativamente na MP nº 1.348/2026 (Programa de Assistência à Saúde) perante a Comissão Mista e lideranças do Senado para estender aos servidores da Receita Federal as regras de custeio originalmente desenhadas para a Polícia Federal. A categoria declarou Estado de Mobilização e regime permanente de assembleia via Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), realizada entre 22 e 25 de junho de 2026 com a participação de 2.241 filiados e filiadas, para cobrar isonomia no uso de recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e

Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF). Todavia, não foi possível a inclusão da RFB na MP original e o governo federal firmou compromisso de enviar uma nova Medida Provisória específica para os servidores da Receita Federal do Brasil, que tratará exclusivamente da criação do Programa de Assistência à Saúde, com custeio proveniente do FUNDAF. Adicionalmente, tramita no Legislativo a busca por apoio às emendas da MP nº 1.375/2026, que amplia o rol de carreiras com direito à Indenização de Localidades Estratégicas (ILE) — a chamada Indenização de Fronteira —, congelada em R\$ 91,00 por dia desde a edição da Lei nº 12.855/2013, sem correção monetária há mais de uma década. As emendas apresentadas por sete parlamentares, acolhendo pleito histórico do Sindireceita, propõem a atualização do valor para R\$ 191,00 por dia a partir de 1º de janeiro de 2027, medida essencial para reter talentos em regiões de fronteira e áreas estratégicas.

10. Um dos eixos centrais desse balanço institucional junto à RFB em 2026 é a consolidação do direito à Carteira de Identidade Funcional para aposentados e aposentadas, pleito aguardado há mais de uma década pela categoria. Respalado por uma pesquisa de abrangência nacional que colheu dados de 1.078 filiados em 383 municípios de todas as 27 unidades da federação, o Sindireceita demonstrou que a demanda é urgente e massiva, com 87,1% dos aposentados manifestando interesse real e imediato em solicitar o documento, sendo que 61,2% consideram a emissão "muito importante". A análise qualitativa do levantamento revelou que a busca pela carteira se sustenta em três pilares fundamentais: a segurança (35,7% buscam facilidade de identificação perante autoridades públicas e privadas), o pertencimento (26% exigem manter o vínculo oficial com a RFB) e a dignidade (15,3% veem o documento como reconhecimento de sua trajetória dedicada ao Estado). Munida desses dados expressivos — que apontam a preferência de 65,6% dos servidores pelo formato híbrido (físico e digital) —, a Diretoria Executiva Nacional e a Diretoria de Aposentados e Pensionistas intensificaram as tratativas formais com a administração da Receita Federal para acelerar a implementação e barrar a exclusão institucional dos aposentados.



11. Por fim, a conjuntura dos trabalhadores conecta o funcionalismo federal às pautas mais amplas da classe operária brasileira. O Sindireceita articula atuação conjunta com a Central dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e o Instituto Servir Brasil, diretamente com lideranças do governo e relatores na Câmara dos Deputados, pela tramitação acelerada do PL nº 1893/2026, que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – assinado pelo presidente da República em 16 de abril de 2026, com requerimento de urgência já aprovado na Câmara. A aprovação do texto é considerada crucial para instituir direitos fundamentais como data-base oficial, normas claras de greve e negociação coletiva formal no serviço público e licença remunerada para mandato sindical, o que reduzirá os custos de liberação de dirigentes sindicais, permitindo direcionar mais recursos ordinários do sindicato às demais frentes. O sindicato também se alinha às centrais sindicais no apoio à Marcha dos Aposentados e Pensionistas – cuja 3ª edição ocorreu em janeiro de 2026, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF –, combatendo propostas de contrarreformas administrativas que visem fragilizar o Regime Jurídico Único (RJU) ou retirar garantias fundamentais da estabilidade no funcionalismo.

ARCO II - BALANÇO DAS PROPOSTAS APROVADAS NA I PLENÁRIA NACIONAL DE 2023 - ENCAMINHAMENTOS

Este arco foi incorporado aos debates para que os participantes pudessem ter informações atualizadas sobre os encaminhamentos das propostas aprovadas na I Plenária Nacional, tendo a Diretora de Assuntos dos Aposentados e Pensionistas da DEN, Marlene Cambraia apresentado o balanço onde ficou destacado que dois terços das propostas já foram encaminhadas às instâncias competentes do sindicato. O objetivo é que a partir dessas informações, a plenária se sentisse mais preparada para os debates que viriam a seguir. Portanto, não houve propostas de alteração nesse arco, por ser apenas informativo. A atualização do andamento das propostas da I Plenária, pode ser obtida no seguinte link:

<https://sindireceita.org.br/noticias/2026/08/30/andamento-das-propostas-debatidas-na-i-plenaria-nacional-dos-aposentados-e-pensionistas>



PAINEL DA PESQUISA NACIONAL DE OPINIÃO - (UM RECORTE)

1. Apresentação

Com o objetivo de conhecer a percepção dos(as) Analistas- Tributários(as) aposentados(as) e pensionistas filiados(as) sobre a atuação sindical, os serviços oferecidos e os principais desafios, foi realizada pesquisa de opinião junto à base, que resultou em 662 respostas, o que corresponde a 12,4% do total de filiados dessa categoria.

A consulta buscou identificar o grau de satisfação dos participantes, levantar críticas e sugestões de melhoria e apontar temas prioritários para a atuação sindical nos próximos períodos.

A pesquisa ofereceu subsídios sólidos à sistematização dos trabalhos e organização da II Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas, por parte da Diretoria Executiva Nacional, da Diretoria de Aposentados e Pensionistas e da Comissão de Aposentados do Sindireceita, contribuindo para o fortalecimento da representação sindical e para a construção de políticas cada vez mais alinhadas às expectativas da categoria.

2. Principais Resultados

Os dados revelam que os participantes reconhecem a importância da representação sindical e valorizam os espaços destinados aos aposentados e pensionistas. Entretanto, também demonstram expectativas quanto ao fortalecimento das ações políticas, da comunicação e dos serviços oferecidos.



Os resultados apontaram para três grandes eixos de preocupação:

- Eixo I: Defesa dos direitos econômicos e funcionais dos aposentados e pensionistas;
- Eixo II: Ampliação da participação e do protagonismo dos aposentados e pensionistas na vida sindical; e,
- Eixo III: Aprimoramento dos serviços, da comunicação e do atendimento oferecidos pela entidade.

Os resultados revelam uma categoria que atua em torno da defesa de direitos históricos, especialmente relacionados à paridade, Bônus de Eficiência e valorização dos(as) Analistas-Tributários(as) aposentados(as) e dos(as) pensionistas.

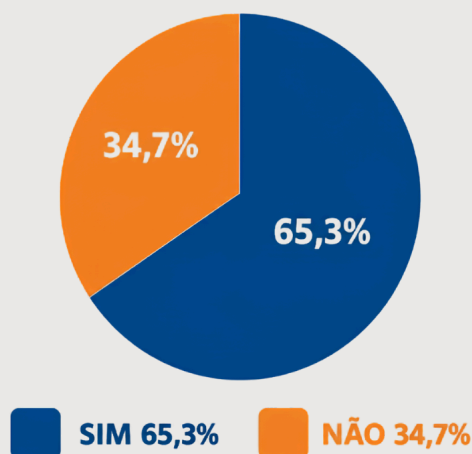
O Raio-X da categoria: Um pequeno recorte das percepções e expectativas da base

Para subsidiar as decisões com dados sólidos, a pesquisa eletrônica prévia reuniu 662 respostas, correspondentes a 12,4% dos filiados aposentados e pensionistas do país. Os dados revelaram uma categoria fortemente mobilizada, mas que exige do sindicato maior firmeza política e mais alguns aprimoramentos nos canais de comunicação, assistência e atendimento jurídico.

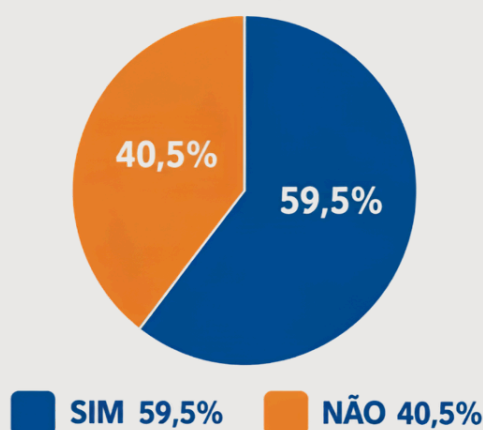
Cabe esclarecer que os temas "Conhecimento do Trabalho da Diretoria de Aposentados e Pensionistas", "Acompanhamento do Trabalho da Comissão de Aposentados e Pensionistas", "Satisfação com os Canais de Comunicação do Sindireceita", "Avaliação do Atendimento Jurídico" e "Ofertas de serviços, convênios médicos e seguros" registraram avaliações positivas de satisfação em percentuais expressivamente superiores às avaliações de pouca satisfação.

No que se refere ao conhecimento do trabalho da Diretoria de Aposentados e Pensionistas, 65,3% dos filiados afirmaram ter conhecimento das ações realizadas. Quanto ao acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Aposentados e Pensionistas, 59,5% declararam ter conhecimento das atividades desenvolvidas. Na avaliação da satisfação com os canais de comunicação do Sindireceita, 75,8% dos respondentes disseram estar satisfeitos ou parcialmente satisfeitos. O atendimento jurídico também obteve avaliação positiva: 64,7% dos filiados manifestaram algum grau de satisfação. Por fim, 56,2% responderam estar satisfeitos ou parcialmente satisfeitos com a oferta de serviços, convênios médicos e seguros.

Conhecimento do Trabalho da Diretoria de Aposentados

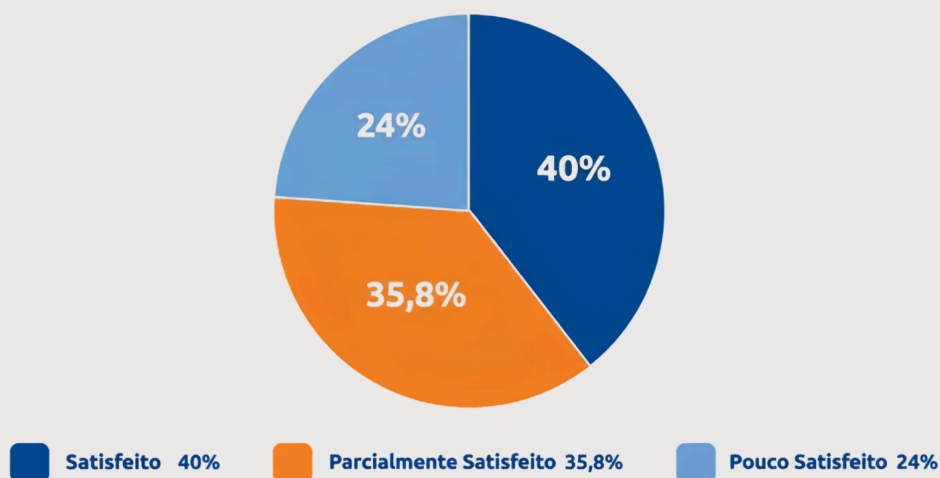


Acompanhamento do Trabalho da Comissão de Aposentados

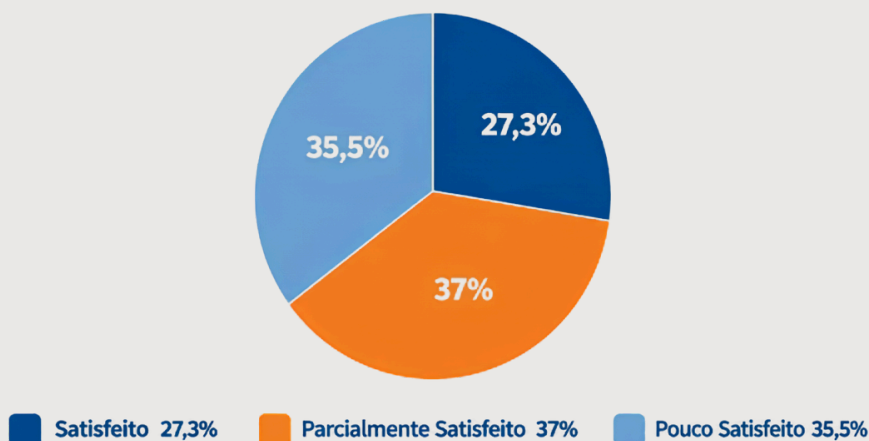




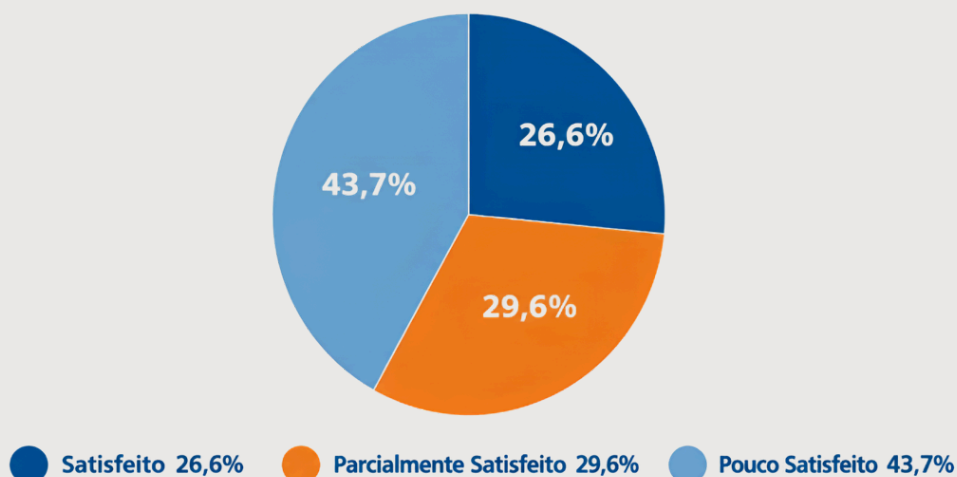
Satisfação com os Canais de Comunicação do Sindicato



Avaliação do Atendimento Jurídico



Oferta de Serviços, Convênios Médicos e Seguros



ARCO III – PROPOSTAS ADVINDAS DAS PESQUISAS E DAS ASSEMBLEIAS LOCAIS REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE PARA DEBATE E DELIBERAÇÃO NA II PLENÁRIA NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SINDIRECEITA

EIXO I – Defesa dos direitos econômicos e funcionais

Objetivo: Debater estratégias políticas, administrativas e jurídicas para a preservação e ampliação dos direitos dos aposentados e pensionistas e avaliar impactos e desafios relacionados à remuneração.

Paridade Integral	Exigência de que a DEN atue de forma intransigente pela isonomia salarial, garantindo que reajustes e o Bônus de Eficiência cheguem integralmente aos aposentados e pensionistas. (Fim da Escadinha do Bônus)
	Compor grupo de trabalho para formulação de proposta de alteração da legislação que estabelece a criação e regulamentação do Bônus de Eficiência para aposentados e pensionistas (para o Fim da Escadinha do Bônus).
Isonomia e Paridade salarial	Lutar com maior firmeza junto aos órgãos competentes para garantir o cumprimento da paridade e isonomia salarial integral entre os servidores contemplados pela paridade constitucional.
	Manutenção permanente da paridade entre Analistas-Tributários aposentados e ativos na pauta reivindicatória, como direito fundamental que deve estar presente em todas as mesas de negociação com o governo.



Ação no Congresso Nacional	Mobilização permanente pela aprovação da PEC nº 6/2004 à PEC nº 555/2006, visando à extinção da cobrança previdenciária de servidores aposentados e pensionistas, de forma escalonada. (Caravana pela PEC nº 6/2024)
Isenção Fiscal	Compor grupo de trabalho para formulação de proposta de alteração da legislação que estabelece a criação e regulamentação do Bônus de Eficiência para aposentados e pensionistas (para o Fim da Escadinha do Bônus).
Articulação Intersectorial	Intensificar trabalho conjunto com o MOSAP e outras instituições e sindicatos do serviço público para fortalecer a frente parlamentar em defesa dos aposentados e pensionistas.

Eixo II – Ampliação da participação e protagonismo sindical

Objetivo: Avaliar o conhecimento da categoria quanto aos órgãos de representação, bem como validar a participação da base nos espaços de debate e decisão.

SUBGRUPO 1

DIRETORIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Criação de subdiretorias específicas	Implementar subdiretorias dentro da pasta, onde cada uma ficaria responsável por cuidar e acompanhar de perto um direito específico dos aposentados e pensionistas.
	Que se oriente as DS a incluírem no Regimento Interno o cargo de Secretário/Secretária de Aposentados(as) e Pensionistas.

Igualdade de prioridade	Garantir que a Diretoria Executiva Nacional enxergue que os aposentados e pensionistas representam cerca de metade dos filiados, exigindo que a categoria receba o mesmo nível de prioridade dado aos ativos.
Estímulo à participação e defesa de direitos	Promover, orientar e incentivar a atuação coletiva dos próprios aposentados e pensionistas na defesa dos seus direitos sociais e previdenciários.
Aproximação com a base	Reduzir o distanciamento entre a Diretoria, CEDS e DS e os filiados, abraçando de forma mais presente as causas reais levantadas pela categoria no dia a dia.
	Propiciar ao DS e ao adjunto o acesso dos dados cadastrais de todos os filiados e desfiliados da respectiva base, e buscar junto aos órgãos competentes as informações sobre os não filiados.
Ações de preparação para a aposentadoria	Desenvolver programas e ações efetivas voltadas para a preparação, transição e o acompanhamento dos novos aposentados e pensionistas.
Fomento à participação	Estímulo à realização de assembleias locais focadas na pauta de aposentados e pensionistas antes das etapas nacionais, garantindo que as bases enviem teses estruturadas.
Maior participação nos cargos diretivos do sindicato	Apoiar e incentivar maior participação dos aposentados e pensionistas nos cargos de direção do Sindireceita
Atuação mais forte no Congresso Nacional	Intensificar o empenho, a articulação política e a cobrança junto ao Congresso Nacional para pautas de interesse dos aposentados e pensionistas (como a apensação da PEC nº 6/2024 à PEC nº 555/2006).



Apoio a pautas históricas	Atuar fortemente em assuntos essenciais acumulados pela categoria, como as correções e andamentos relacionados ao PASEP.
Atendimento humano focado em idosos	Implementar canais de atendimento especializado, humanizado e acolhedor (como telefone fixo funcional), evitando a exclusão digital de filiados idosos ou mais antigos. Implementação de um “0800” com atendimento acolhedor e com linguagem acessível para atendimento aos aposentados e pensionistas.
SUBGRUPO 2 COMISSÃO DOS APOSENTADOS	
Impulsionamento da representação	Fortalecer e manter a atuação da comissão para dar continuidade ao ritmo de representação da categoria, visto que os filiados apontam que, a representação dos aposentados e pensionistas, se tornou visivelmente mais dinâmica após a criação dessa comissão.
	Garantir que a comissão de aposentados seja composta por membros filiados eleitos pela base e não escolhidos por dirigentes.
Continuidade de ações	Apoiar e dar suporte para a continuidade das atividades desenvolvidas pela equipe de aposentados e pensionistas que gerencia os trabalhos e as frentes atuais da comissão.
Integração de forças	Utilizar a articulação da comissão para otimizar a força sindical, unindo os aposentados e pensionistas em projetos coletivos e mobilizações conjuntas (como a pressão via e-mails a congressistas).
Combate à lentidão institucional	Atuar como um motor político de cobrança interna, para evitar o início tardio de discussões e a lentidão na defesa de direitos que interessam aos aposentados e pensionistas.

SUBGRUPO 3
ESTRUTURA INTERNA E DIREITOS POLÍTICOS NO SINDICATO

Limitação de mandatos na diretoria	Defender o limite de, no máximo, duas gestões consecutivas para todos os cargos da DEN e membros da mesa do CNRE, visando evitar o comodismo e continuísmo e abrir espaço para novas lideranças.
Criação de Secretarias nas Delegacias	Recomendação para que, nas atualizações dos Regimentos Internos, as Delegacias Sindicais (DS) criem secretarias específicas para assuntos de aposentados e pensionistas, dada a relevância do percentual de aposentados da categoria.
Mensalidade sindical	Realização de estudo de viabilidade e cobrança sindical em valor fixo, por faixas determinadas, reduzindo erros nas cobranças e custo do Sindicato com os cálculos.
Trabalho Parlamentar	Trabalho Parlamentar de Base seja discutido com os aposentados e pensionistas durante a II Plenária, inclusive para a avaliação das possíveis formas de custeio dessa atividade, pela Diretoria Executiva Nacional.



Plenária Nacional	Que as Plenárias de Aposentados e Pensionistas sejam realizadas em Brasília utilizando as estruturas da DEN e CNRE como apoio, bem como que reservem um dia para visitas dos gabinetes de parlamentares e autoridades do poder executivo, agendando também reuniões no DECIPEX e entidades nacionais relacionadas aos aposentados e pensionistas. Que os participantes da Plenária se dividam em grupos para essas visitas otimizando assim os custos despendidos estando em Brasília nessas articulações com quem tem poder de decisão. Foi destacado que em determinados períodos os custos em Brasília aumentam com eventos como “Marcha Nacional dos Prefeitos” de forma que tais períodos devem ser evitados no planejamento.
	Realização de Plenária Nacional de Aposentados e Pensionistas com duração de 3 dias e com periodicidade de 3 anos, sempre antecedendo a realização das AGN e no mesmo local.

Eixo III – Aprimoramento dos serviços, convênios e benefícios

Objetivo: Avaliar os serviços prestados e os canais de comunicação e aprimorar as ações desenvolvidas.

SUBGRUPO 1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO (LIVES, IMPRESSOS E WHATSAPP)

Lives	Resumos simplificados: Divulgar todas as transmissões ao vivo (lives) sobre assuntos importantes em formato de tópicos, com breves resumos escritos, em linguagem simples e acessível.
	Separação por assunto: Organizar e segmentar as notícias por tema para evitar que o excesso de informação confunda o filiado.
	Retorno de funções interativas: Reativar os chats interativos durante as transmissões ao vivo (lives) para permitir o diálogo com os filiados com limite de tempo para perguntas e respostas nas lives e igualdade de tratamento para os participantes.
Material impresso	Enviar mensagens a todos os filiados, ativos e aposentados, pelos diversos meios possíveis, solicitando confirmação se querem ou não receber os materiais produzidos de forma impressa. Nessa mensagem será informado um prazo para manifestação de, no máximo, 30 dias para retorno. Quem não se manifestar deve continuar recebendo o material impresso. Utilizar material econômico para a impressão.



WhatsApp	Moderação no WhatsApp: Diminuir o exagero no envio de mensagens pelo WhatsApp, evitando o envio nos finais de semana e combater fake News.
	Garantir autonomia aos grupos não oficiais criados por filiados sem intervenção sindical.
Outros	Canal de comunicação entre diretorias: Criar um canal direto de comunicação entre as Delegacias Sindicais (DS), a Diretoria de Aposentados e Pensionistas e a Diretoria de Assuntos Jurídicos (DAJ) para subsidiar as bases com informações constantes.
	Foco nos problemas da categoria: Direcionar a comunicação para os problemas reais da categoria, reduzindo o espaço dedicado à divulgação de festas e eventos institucionais da diretoria.
	Alertas de golpes: Intensificar a comunicação que ajude os aposentados e pensionistas a identificarem golpes.
SUBGRUPO 2 ATENDIMENTO E ATUALIZAÇÃO JURÍDICA	
Atendimento	Agilidade no atendimento: Aumentar drasticamente a rapidez nas respostas por e-mail e nos prazos de retorno.
	Respostas conclusivas: Garantir que as orientações não sejam genéricas ou “repetitivas”, trazendo soluções definitivas e completas para o filiado.
	Informações regulares por e-mail: Enviar atualizações sobre o andamento das ações judiciais diretamente no e-mail dos filiados, a cada movimentação do processo, garantindo a isonomia da informação aos filiados.

Atendimento	Sistema de chamada de vídeo: Implantar um sistema de videoconferência agendada para tirar dúvidas diretamente com os advogados também pelo whatsApp.
	Capacitação de atendentes: Preparar melhor os funcionários que fazem o primeiro atendimento para que saibam responder às dúvidas ou dar retornos precisos.
Atualização Jurídica	Atualização do andamento processual: Manter a área restrita do site oficial constantemente atualizado com o andamento das ações judiciais.
	Informação automatizada de processos: Disponibilizar o link do Jus.br, como opção de acesso aos processos, na área restrita do sindicato.
	Notificação proativa: Enviar e-mails automáticos a cada movimentação relevante, especialmente sobre precatórios, liberação de pagamentos e documentos para o Imposto de Renda.
	Varredura prévia de litispendência: Realizar uma busca nos sistemas da Justiça antes de propor uma nova ação para verificar se o filiado já não possui um processo com o mesmo objeto. No caso de não haver litispendência realizar a execução da ação do filiado. E, no caso de omissão do sindicato, na execução, ele pagará ao filiado o valor devidamente atualizado e, deverá entrar com ação regressiva contra quem deu causa a prescrição.



Atualização Jurídica	No caso de contratação de escritório de advocacia, realizar pesquisa no mercado, com no mínimo três escritórios com expertise, submetendo as propostas de orçamento à categoria, em AGNU, para aprovação da contratação.
	Intermediação com escritórios: Os contatos com os escritórios contratados deverão ser feitos exclusivamente pela DAJ, de forma mais firme e presente na cobrança de informações e repassá-las aos filiados.
	Experiência dos advogados: Diminuir a rotatividade de profissionais e garantir que os advogados escalados para o atendimento tenham capacitação para atender aos filiados.
	A DAJ deve informar por e-mail quando houver depósito de precatório: o banco e valor, de forma rápida e eficiente e orientar o filiado quanto a documentação e tratamento do IRPF.
SUBGRUPO 3 PLANOS DE SAÚDE, PARCERIAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Plano de Saúde	Mais opções de planos: Ampliar e diversificar a oferta de operadoras de planos de saúde conveniados.
	Preços acessíveis: Negociar planos com valores e mensalidades compatíveis com os vencimentos dos aposentados e pensionistas.
	Atendimento nacional: Buscar planos de saúde que ofereçam ampla cobertura e rede de atendimento em nível nacional, facilitando o uso aos aposentados e pensionistas que viajam.

Plano de Saúde	Expansão para o interior: Garantir que os planos de saúde conveniados possuam uma boa rede credenciada de hospitais, clínicas e médicos no interior dos estados, tendo em vista que o usufruto dos benefícios e convênios ainda não se reflete nas localidades fora dos grandes centros urbanos e capitais.
	Plano nos moldes da AGU ou PF: Lutar pela conquista de um plano de saúde efetivo ou auxílio-saúde estruturado seguindo os moldes e padrões obtidos pela Advocacia-Geral da União (AGU) ou pela Polícia Federal (PF).
	Convênios corporativos diretos: Verificar a possibilidade de firmar convênios diretos do Sindireceita com os planos de saúde de grandes órgãos e instituições (como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Poder Legislativo, Judiciário ou planos estaduais).
	Auxílio no ressarcimento: Oferecer ajuda, suporte e orientações mais claras para os filiados no processo de ressarcimento do plano de saúde.
	Transparência nas negociações de saúde: Conduzir as negociações de assistência à saúde de forma totalmente transparente com a base, eliminando estratégias de sigilo sob a justificativa de não prejudicar tratativas.
	Descontos em medicamentos: Buscar parcerias ou convênios que ofereçam descontos reais e expressivos na compra de remédios.
	Pesquisa prévia com filiados: Realizar pesquisas de opinião com os filiados para entender as reais necessidades e preferências de saúde antes de fechar novos convênios.



Carta fiança	Aumento do valor para que as imobiliárias aceitem.
Clube de Benefícios	Dar transparência sobre Clube de Benefícios do Sindireceita, com divulgação de valores pagos à empresa e quantitativos de usuários por localidade.
Auxílio Saúde	Intensificação da luta pela aprovação do auxílio saúde aprovado na Mesa de Negociação de 2025, com trabalho parlamentar local realizado pelas DS e coordenado pela Diretoria Executiva Nacional.
Parcerias Específicas e Projetos Habitacionais	Convênio com o SESC: Propor que as Delegacias Sindicais firmem convênios com o SESC para que os Analistas-Tributários aposentados e pensionistas utilizem serviços de turismo, espaços de eventos, cursos, além de atendimento médico e odontológico.
Relações Institucionais e Governamentais (DECIPEX e RFB)	Intercâmbio automatizado de dados: Criar uma rotina de comunicação de dados pessoais entre a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Sindicato para que a entidade seja notificada automaticamente assim que um servidor se aposentar.
	Atendimento presencial da Decipex: Demandar que a administração da Decipex realize atendimento presencial nas unidades do Ministério da Fazenda, ao menos nas capitais.
	Retorno da folha para o Ministério da Fazenda: Discutir a possibilidade de o pagamento dos aposentados e pensionistas voltar a ser controlado diretamente pelo Ministério da Economia/Fazenda/Receita Federal, saindo da competência da DECIPEX.

Proteção Jurídica e Respaldo Financeiro	Fundo contra sucumbências: Criar um fundo de reserva técnica-financeira para amparar e ajudar os filiados que venham a perder ações na justiça e tenham que arcar com as custas de sucumbência (como citado no caso do PASEP).
Atividades de Capacitação e Inclusão	Cursos de Tecnologia e Letramento Digital: Estruturar nacionalmente e ofertar cursos focados em informática, segurança da informação e novas tecnologias para ajudar na inclusão digital e autonomia dos idosos, nas unidades sindicais.
	Contratação de Assistente Social: Contratar um profissional com formação em Serviço Social para realizar um trabalho constante e consistente de mapeamento e assistência aos aposentados e pensionistas em situação de maior vulnerabilidade.
Novas Pautas de Benefícios e Extensões	Criação de auxílios específicos: Lutar pela implementação de auxílio-nutrição estendido aos aposentados e pensionistas no mesmo valor dos ativos.
	Emissão de Carteira do Aposentado: Colocar em pauta a criação e a distribuição de uma Carteira de Identidade Funcional de Aposentado.



NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NA II PLENÁRIA NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SINDIRECEITA

Na etapa final, novas propostas foram apresentadas e aprovadas. Elas ampliam a agenda construída nos três eixos e registram temas que emergiram diretamente do debate dos grupos e da plenária final:

Sequência	Propostas Aprovadas na Plenária Final
1	Toda negociação salarial: deve ter a presença do(a) diretor(a) de aposentados e pensionista da DEN.
2	Sucumbência das ações do Pasep: deverá ser paga pelo fundo de sucumbência existente.
3	Conselheiros do CNRE que fazem parte da Diretoria Executiva Nacional devem ser considerados impedidos para aprovação de contas da DEN.
4	Conflitos entre filiado(s) e os órgãos do Sindireceita: devem percorrer os trâmites legais pelo Conselho de Ética e CNRE, buscando, primeiramente, a solução de forma administrativa.
5	Fim da contribuição sobre o 13º.

6	Grupo de Trabalho Parlamentar dos aposentados: considerando que os aposentados e pensionistas tem disponibilidade de tempo e experiência na defesa dos interesses dos Analistas-Tributários; considerando que temas muito relevantes para os aposentados e pensionistas, não raro, são deixados para segundo plano quando em debate com parlamentares; considerando que a defesa de temas de interesse dos aposentados e pensionistas se tornam mais autênticos quando por eles defendidos: a) Criar Grupo de Trabalho Parlamentar: Propomos a criação de grupo de trabalho político/parlamentar para atuar na defesa dos temas que afetam diretamente os aposentados. b) Composição do Grupo: Um representante de cada estado deve ser eleito em Assembleia Local, não poderá ser indicado, a eleição é condição obrigatória para participar do grupo. c) Fonte de custeio das atividades desenvolvidas pelo grupo: A fonte de custeio será o Fundo de Mobilização e Defesa da Categoria aprovado na última AGNU. d) Prazo de Existência do Grupo: O grupo atuará até a próxima realização de plenária dos aposentados e pensionistas, na qual exporá as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. A resolução de aprovação desta proposta deve ser encaminhada ao presidente da Diretoria Executiva Nacional (DEN) e ao presidente do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) para as providências necessárias.
7	Que a II Plenária Nacional de Aposentados e Pensionistas do Sindireceita aprove manifesto conclamando à DEN a desistir das ações criminais propostas contra os aposentados Huberto Luiz Botareli César, da DS Foz do Iguaçu/PR e Mara Beatriz da Rocha, Secretária de Aposentados da DS Florianópolis/SC e Coordenadora de Formação e Acolhimento da Comissão de Aposentados do Sindireceita.



8	A DEN deve procurar obter um levantamento da quantidade de aposentados por modalidade de aposentadoria e divulgar para a categoria.
9	Direito do filiado se manifestar sem correr o risco de ser processado se a opinião dele for contrária a qualquer órgão da estrutura do sindicato.
10	Conforme Art. 10º do Estatuto do Sindireceita, cabe ao sindicato prestar assistência jurídica e a defesa judicial aos seus filiados. O jurídico do Sindireceita deve cuidar primordialmente dos interesses do filiado, zelando com eficiência pelo cumprimento dos prazos e pelo atendimento das solicitações processuais. No caso de perda de prazo e do não atendimento das solicitações feitas no processo, por negligência do escritório de advocacia, o sindicato deve responsabilizar-se pela defesa do filiado, assumindo as despesas e custas pagos pelo filiado em um eventual novo processo. Cabe ao sindicato repassar esses custos ao escritório de advocacia responsável pelos erros previstos de mecanismos contratuais.
11	Moção de Apoio à Analista-Tributária Maria Perpétua Santos Oliveira - A II Plenária Nacional de Aposentados e Pensionistas vem manifestar o total e irrestrito apoio à colega aposentada Maria Perpétua Santos Oliveira, que foi defendida pelo sindicato em um processo de improbidade administrativa, cujos prazos foram negligenciados pelos advogados contratados pelo Sindireceita, causando-lhe prejuízos e obrigações incompatíveis com sua renda e seu patrimônio. O caso Maria Perpétua não é apenas sobre números ou prazos perdidos, é sobre o que nos torna um sindicato. O dever de protegemo-nos uns aos outros, não podendo fechar os olhos para essa injustiça. Esta Plenária tem o dever de relatar e de exigir da Diretoria Nacional o compromisso moral de corrigir o erro. Que a nossa resposta hoje seja o abraço e a justiça que ela espera há 25 anos!

UMA HISTÓRIA QUE CONTINUA

“A vida é a arte do encontro,
embora haja tanto desencontro
pela vida.”

— Vinicius de Moraes

As propostas aprovadas não representam apenas uma lista de reivindicações. Elas expressam prioridades definidas coletivamente e apontam responsabilidades, frentes de atuação e formas de acompanhamento.

Há uma mensagem que atravessa toda a II Plenária: os(as) Analistas-Tributários(as) aposentados(as) e os(as) pensionistas querem participar mais, serem ouvidos e terem seus direitos defendidos com presença efetiva nos espaços de decisão. Ao lado das grandes pautas econômicas e previdenciárias, aparecem demandas muito concretas:

informação acessível, atendimento humano, acompanhamento jurídico, saúde, inclusão digital e aproximação com as bases.

A força dessa agenda está justamente na combinação entre memória e futuro. O que foi construído em 2023 foi retomado, avaliado e ampliado em 2026. Agora, o desafio é acompanhar cada encaminhamento, dar transparência aos resultados e manter viva a participação que tornou possível a realização da Plenária.

A II Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas termina como encontro, mas



permanece como compromisso.

Em Natal, a categoria reafirmou que experiência não significa afastamento da vida sindical. Ao contrário: a experiência acumulada ao longo de décadas pode se transformar em participação, conhecimento, mobilização e defesa de direitos.

Da escuta à proposta. Da proposta à decisão. Da decisão ao acompanhamento. Esse é o caminho que se abre pela segunda vez, depois da II Plenária.

*A força da nossa história
constrói o nosso futuro – e
esse futuro continua sendo
construído por todos nós.*



NATAL/RN - 2026

**II PLENÁRIA
NACIONAL**
DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS



II PLENÁRIA NACIONAL

DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários

NATAL/RN – 31 DE AGOSTO A 01 DE SETEMBRO

2026